

Retrospecto de uma fresta.

O que devo ao

estruturalismo

LUIZ COSTA LIMA

LUIZ COSTA LIMA

é crítico literário,
professor da
Universidade do
Estado do Rio de
Janeiro e da PUC-RJ
e autor de, entre
outros,
Vida e Mimesis
(Editora 34).

Ao convidar-me para participar do seminário "Sentidos de Lévi-Strauss", a profa. Fernanda Peixoto não podia saber que me oferecia a oportunidade de resgatar uma dívida ante meu (sempre possível) leitor. Caso ele exista, com toda razão, em algum momento, terá se perguntado: que propósito tinha eu ao defender no Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada da USP, em junho de 1972, uma tese sobre estruturalismo e teoria da literatura?

Seria insuficiente responder que, entre a segunda metade da década de 1960 e a década seguinte, o estruturalismo estava em tamanha voga que, em breve, apesar dos protestos de Lévi-Strauss, incorporava nomes como os de Althusser, Foucault, Lacan e Roland Barthes que, para o antropólogo, pouco tinham a ver com seu projeto. Ainda que tantos nomes e tantas obras exercessem, por certo, algum grau de pressão, isso não explicaria que dedicasse minha tese de doutoramento a tal tema. Tampouco seria bastante alegar a leitura intensa da obra lévi-straussiana a que me dediquei durante anos seguidos, desde logo porque deveria apresentá-la na USP, onde o estruturalismo era visto, para dizê-lo de modo polido, como uma moda funesta. Mas os obstáculos esperáveis não se resumiam ao mau juízo uspiano. Na verdade, eles se iniciavam com o próprio Lévi-Strauss, que várias vezes se referira às tentativas de adaptação do estruturalismo à teoria e à crítica literárias com um ar de suspeita, se não mesmo de desprezo.

Reprodução

O antropólogo
Claude
Lévi-Strauss



Como então, passados mais de trinta anos, justificaria eu aquele ousado empenho? Não posso negar que ali havia um certo quixotismo ou uma confiança extrema em uma pobre armadura. Mas evito prolongar essa trilha porque a autoacusação que desenvolveria ainda esconderia uma certa vaidade. É aconselhável um caminho que evite uma exploração subjetiva extrema. É o que faço pela formulação de uma pergunta direta: o que conhecia como teoria da literatura antes de, por volta de 1968, enfrentar a leitura de *Les Structures Élémentaires du Parenté*? Devo imediatamente responder: salvo uns poucos capítulos do *Structures of Complex Words* (1951), de William Empson, e o *Anatomy of Criticism* (1957), de Northrop Frye – que, no entanto, não se consideravam teóricos –, nada, absolutamente nada. O período em que vivi em Madri, entre fins de 1959 e primeiros meses de 1962, havia me servido para aprender bem o castelhano, para conhecer a vida noturna madrilenha, frequentar o círculo das *bailaoras* de flamenco e, sobretudo, para usufruir da amizade inestimável de João Cabral de Melo Neto, meu verdadeiro mestre no conhecimento da poesia espanhola e nos bastidores da história política recente daquele país. De um estrito ponto de vista acadêmico, porém, a aprendizagem da estilística – uma espécie de filologia aplicada ou, se tivesse tido melhores mestres, de fenomenologia afetiva – fora de uma pobreza infame. Assim, ao voltar ao Recife, poucos dias antes da renúncia de Jânio Quadros, quer a decepção com o curso no estrangeiro, quer o clima de efervescência política se combinavam para que privilegiasse a leitura dos críticos marxistas. Nova decepção. Apenas começava a descobrir que o primeiro Lukács, o de *A Alma e as Formas* e do *Teoria do Romance*, junto com a versão em castelhano do *Mimesis*, de Erich Auerbach, podiam me oferecer a abertura do caminho procurado, quando adveio o golpe de abril de 1964. Mal tendo ingressado na universidade, o golpe me fez conhecer minha primeira prisão, saber que tinha de procurar outra cidade para sobreviver e receber, em um hotel do Rio de Janeiro, a

confirmação de que o Ato Institucional nº 1 me excluía do ensino universitário.

Recorro a esses dados não porque pretenda escrever reminiscências biográficas, mas, simplesmente, para contextualizar meu encontro com a obra de Lévi-Strauss. Leve-se pois em conta que, a partir de agosto ou setembro de 1964, estou no Rio de Janeiro. Embora provisoriamente, minha carreira universitária estava interrompida; durante alguns anos, meu ganha-pão dependeria de meu trabalho de revisor da Editora Vozes, em Petrópolis, sem que isso diminuísse a obsessão que sempre marcou meu trajeto intelectual: querer entender meu objeto de eleição, a obra literária. Sintomaticamente, meu primeiro livro não só foi publicado pela Vozes, como se intitulava *Por que Literatura* (1966). Também não foi acidental que seu primeiro capítulo tivesse um cunho teórico. Mas, como não estou interessado em nenhum esboço biográfico, basta-me notar que, em 1968, estou de volta à cidade do Rio, onde o círculo recém-feito de amigos começava a ler Lévi-Strauss.

Minha primeira reação ao interesse pelo estruturalismo era o de quem aprendera o abc do marxismo e via no transtorno existencial sofrido em 1964 um mero acidente de percurso. Ou seja, a reação era de resistência, bem semelhante à dos que recusavam levá-lo a sério sem o conhecer. Por sorte minha, contei então com a inteligência de um amigo apenas um pouco mais velho, Alberto Coelho de Sousa, que fora aluno de Álvaro Vieira Pinto e desmanchava com facilidade as objeções que eu fazia ante as primeiras páginas que líamos juntos de Lévi-Strauss. Ainda ajudou a superação da resistência a combinação que sempre caracterizou a página lévi-straussiana: sua densidade tanto de pensamento como de escrita. (Considerando seu cientificismo e seu desprezo pelo romance, que considerava produto de degeneração do mito, não deixa de ser surpreendente que alguns dos maiores inimigos do que chamamos “literatura” tenham sido notáveis escritores: Platão, Descartes, Lévi-Strauss.)

Para que tente mostrar algo do fascínio que a obra lévi-straussiana, desde fins da década de 1960, me transmitia, procuro

condensar os pontos de seu pensamento que mais me atraíam e perturbavam. Creio não ser arbitrário dizer que o aspecto que, de imediato, mais chamava minha atenção concernia à sua concepção de história. Hoje sabemos de seus matizes e da longa polêmica com Sartre, desenvolvida em *La Pensée Sauvage*¹. Escapo da exposição demorada do que o leitor saberá, para destacar uma pequena passagem de *Du Miel aux Cendres*. Da história então dirá que é a “contingência irreduzível”, a exprimir “a potência e a unidade do acontecimento” (Lévi-Strauss, 1967, p. 408). A concepção que o antropólogo faz da história concedia a ela “um lugar de primeiro plano” quanto à análise estrutural, ao mesmo tempo que a submetia a uma posição secundária, porquanto restrita ao factual, empírico, à apreciação consciente que os homens fazem dos processos sociais. Daí a formulação altamente provocativa: “A história leva a tudo, sob a condição de que dela se saia” (Lévi-Strauss, 1962, p. 348).

Essas mínimas passagens são suficientes para dar a entender meu aturdimiento. No curso secundário, tinha tido um bom professor de história, que me fizera ter interesse em ler mais do que as páginas dos livros didáticos; meu conhecimento, contudo, era o convencional da história medianamente praticada: datas, nomes e situações que saíam da normalidade. Nada que me favorecesse a pensar como poderia situar a história entre as disciplinas sociais. Há de se levar ainda em conta que, como saberá aquele que conheça a história da teoria da literatura, ela é bastante recente. Em seu primeiro momento, no final do século XVIII, quando Friedrich Schlegel publicava seus fragmentos e primeiros ensaios críticos, a teorização da literatura era atravessada por lampejos que, como raios, iluminavam uma terra densa e escura. Logo, no entanto, essa fase fecunda decairia, acompanhando a acomodação de Schlegel. Convertido ao catolicismo e pouco depois aceito como funcionário de Metternich, sua reflexão sobre a literatura cederia à história o espaço conveniente para a determinação da literatura que se adequava aos tempos

da restauração. Cito a passagem decisiva. Entre a Jena de seus escritos libertadores e a próxima Viena a serviço de uma nobreza que acreditava poder fazer que a história “esquecesse” de 1789, Friedrich Schlegel procurara sobreviver em Paris. Conseguiu fazê-lo por algum tempo pela ajuda dos irmãos Boisserée, filhos de um rico comerciante de Munique, que o contrataram para que lhes oferecesse, entre 1803 e 1804, um curso particular sobre a história da literatura europeia. A passagem decisiva para nosso argumento encontra-se em seu prefácio:

“Antes de começarmos nossa exposição histórica será necessário oferecer um conceito provisório de literatura, que precise a dimensão e os limites do todo. Mas esse conceito só pode ser provisório na medida em que o conceito mais pleno é a própria história da literatura” (Schlegel, 1803-04, XI, p. 6).

Importa pouco que as anotações do autor tenham permanecido inéditas até sua reconstituição e publicação por Ernst Behler, em 1958. Dizemos que importa pouco porque a tentativa de teorizar sobre a literatura submetendo-a à noção abrangente de história se impunha, mesmo sem a reflexão de Schlegel, pela Europa continental – a divergência com a direção inglesa, que se fundava na dimensão moral da literatura, tampouco é significativa. Pela passagem inédita de Schlegel então escutamos o que, naquele começo de século, era repetido por toda a Europa. Afirmar que “o conceito mais pleno (da literatura) é a própria história da literatura” (“[...] *indem der vollständigste Begriff die Geschichte der Literatur selbst ist*”) implicava muito mais do que a indiscutível historicidade da obra literária; supunha sim que a história contém em si o sêmen orientador de autores, períodos e mudanças. Usando o que Bergson chamaria de lógica *a posteriori*, Schlegel praticava uma concepção *orgânica* de história: ela conteria a energia que necessitava do tempo apenas para se atualizar. Daí para a história teleológica de Hegel era apenas um passo. Só não se poderia dizer que Schlegel anteci-

1 Para uma análise sistemática das relações entre história e estrutura e, correlatamente, entre Lévi-Strauss e os historiadores franceses, cf.: Hartog, 2004.

pava cabalmente o filósofo – que, seja dito de passagem, o menosprezava – porque o crítico e ensaísta não tinha a mínima intuição do papel que Hegel confiaria à dialética. É certo que a diferença é capital, mas não é menos certo que, como afirmará Karl Heinz Bohrer, em *Die Kritik der Romantik* (1989), historiadores e sociólogos não precisam ser hegelianos para que pratiquem o “reflexo de conteúdos positivos”. Em suma, embora distante da agudeza do filósofo, Schlegel embarcava na mesma onda pan-historicista que empolgaria a crítica literária do século XIX. O que então veio a ser caracterizado como a crítica daquele século combinaria surdez teórica, pan-historicismo, louvor do nacionalismo e critério normativo. Esta a herança que o século XX receberia, encontrando, em suas primeiras décadas, as exceções, de imediato sem maior repercussão, de Walter Benjamin, György Lukács, logo depois, dos chamados formalistas russos, por extensão, eslavos.

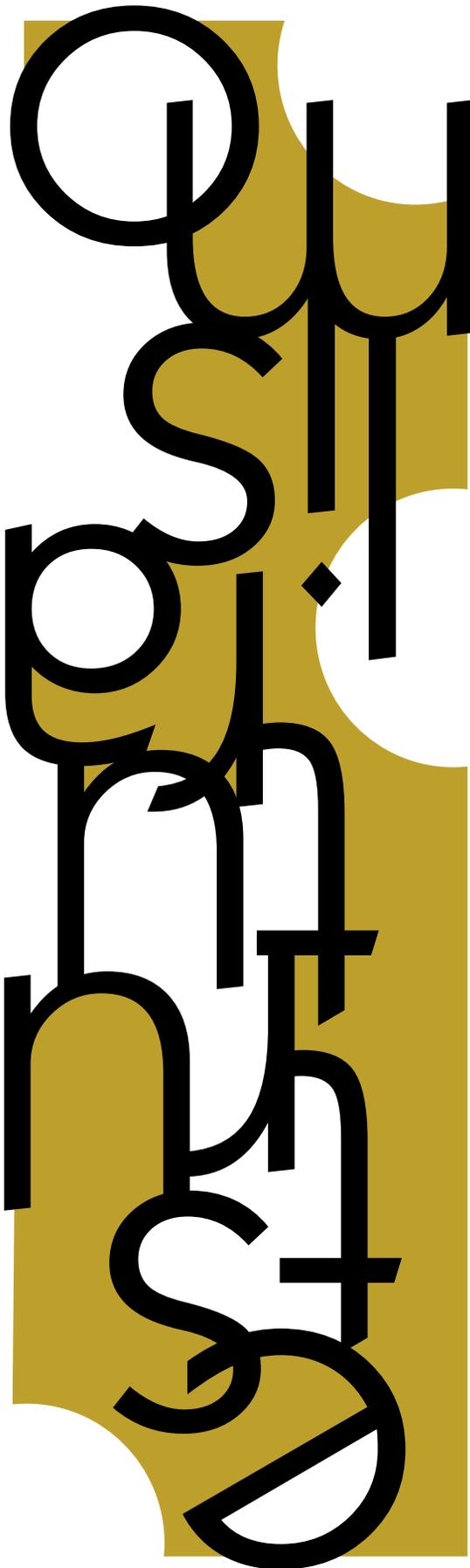
Parece desnecessário acrescentar que aquela combinação de surdez teórica, normatividade valorativa, nacionalismo e inflexão diacrônica foi absorvida por toda a América Latina. Passou para ela e, entre nós, permaneceu. Duvidar em público de algum desses dogmas é pouco aconselhável.

Toda essa volta foi necessária para explicar o impacto que as formulações de Lévi-Strauss sobre a história causavam no candidato a teórico que o lia. Em contraposição à diacronia de períodos bem definidos, como se fossem espécies naturais diferentes, Lévi-Strauss propunha uma meta que exigia uma capacidade de elaboração muito mais aguda: “A noção de estrutura social não se refere à realidade empírica mas sim aos modelos construídos conforme esta” (Lévi-Strauss, 1958, p. 305). O que ele entendia por “estrutura social” não se confundia com “organização social”, pois, para esta, a observação empírica é suficiente. Também é sabido que a estrutura social ambicionava articular seus elementos quanto às “condições inconscientes” da vida social. O antropólogo, contudo, acrescentava outra exigência: a estrutura dependia da construção de *modelos*, estabelecidos de acordo

com a disposição da sociedade estudada. Um modelo não é um arquétipo porque implica o lastro empírico de que pretende dar conta. Hoje sei melhor que o conceito matemático de modelo supõe que se faça “a teoria de uma estrutura dada”, o que equivale a “deduzir todas as consequências lógicas dos axiomas da estrutura, interditando-se qualquer outra hipótese sobre os elementos considerados [...]” (apud Hénaff, 1991, p. 25).

Embora não fosse então capaz de bem conceituá-lo, creio que compreendia que o operador “modelo”, a que se acrescentava o de “transformação”, possibilitava, apesar das reservas do próprio Lévi-Strauss, que a teoria da literatura retomasse a trilha fecunda de seus primeiros anos. Logo, entretanto, notaremos que era a própria univocidade do “modelo” que me levaria a compreender os limites do que tanto me estimulava. Antes de mostrá-lo, devo continuar o levantamento dos elementos que terão sido fundamentais enquanto elaborava minha tese. O destaque imediato agora incide sobre a questão do simbólico.

Ao começar pela questão da história essa rememoração da trilha que em mim se abriu pela leitura de Lévi-Strauss, tinha em conta uma dupla razão. Da primeira já tratei: o desconforto que o entendimento de Lévi-Strauss causava pela ênfase historicizante, empírica, “patriótica” e normativa da crítica literária – é bastante provável que a leitura dos *new critics* anglo-saxônicos já tivesse me alertado contra essa direção. Privilegio agora a segunda razão: o caráter simbólico presente nas relações humanas. Embora soubesse que Lévi-Strauss não pretendia que tudo na sociedade humana estivesse integrado a alguma estrutura, bem como que nem tudo fosse simbólico, a verdade era que o resgate do simbólico, tanto na “Introduction à l’Oeuvre de Marcel Mauss” (1950), como na verificação da regulação lógica que presidia as relações de parentesco, fazia com que reiterasse para mim mesmo o elogio pioneiro de Merleau-Ponty: “A etnologia não é uma especialidade definida por um objeto particular, as sociedades ‘primitivas’; é uma maneira de pensar, aquela que se impõe quando o



objeto é 'outro', e exige de nós que nos transformemos a nós mesmos" (Merleau-Ponty, 1960, p. 150). E, mais próximo de meu próprio objeto, destacasse o que dizia do tratamento do mito:

"Querer compreender o mito como uma proposição, pelo que ele diz, é aplicar a uma língua estrangeira nossa gramática, nosso vocabulário. Ele há de ser decifrado por inteiro, sem que possamos sequer postular, como o fazem os decifradores, que o código a encontrar tem a mesma estrutura que o nosso" (Merleau-Ponty, 1960, p. 151)

As duas passagens apresentavam os argumentos decisivos para que enfrentasse uma tríplice dificuldade: a da insegurança imposta por uma ditadura que refinava a vigilância contra seus adversários, a de não contar, além de minha própria boa vontade e da inteligência de alguns jovens alunos, com um melhor guia, e a da expectativa da hostilidade que encontraria em meus examinadores uspianos. (Por uma razão que ignoro, ao passo que em Portugal, conforme o testemunho de Eduardo Prado Coelho, o interesse pelo estruturalismo supunha oposição ao salazarismo, no Brasil, o estruturalismo era visto como politicamente suspeito. Mas não temos tempo para a *petite histoire*.)

Sem que empregassem o termo "simbolismo", ambas as passagens de Merleau-Ponty destacavam o que Simone de Beauvoir, a propósito da primeira edição das *Structures Élémentaires*, onze anos antes ressaltava:

"[...] O primeiro mérito do estudo de Lévi-Strauss é recusar o velho dilema: ou os fatos humanos são intencionais ou são destituídos de significação. O autor os define como estruturas de que o todo precede as partes e cujo princípio regulador possui um valor racional mesmo quando não é racionalmente concebido" (Beauvoir, 1949).

A recusa do "velho dilema" acarretava o descentramento do eu absolutista, solar, isto é, que pretendia estar consciente do

que fazia, que se formulara com os pais do pensamento dos tempos modernos (Bacon e Descartes) e culminara com Locke. Ao mesmo tempo que sucedia a destituição do eu solar, era acentuado que as estruturas em que os fatos humanos se integram têm um “valor racional”; a razão, portanto, já não se confunde com a intencionalidade do agente. A significação do simbolismo crescia à medida mesmo que o *eu* era esvaziado. Assim as estruturas de parentesco têm um traçado lógico, mesmo que seus praticantes desconheçam o complexo desenho estrutural a que estão submetidos. Sendo impossível entender as estruturas, tal como concebidas por Lévi-Strauss, como algo derivado de alguma concepção teológica, não podiam elas ser tomadas como o resultado de uma *secularização* do pensamento.

Arememoração empreendida é suficiente para entender-se por que o estruturalismo lévi-straussiano teve para mim a importância que nele reconheço. Ao dedicar-me por anos a seu estudo, em um pequeno grupo em que eram figuras constantes o futuro tradutor da *Fenomenologia do Espírito*, Paulo Menezes, e o futuro antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, não pretendia mudar meu foco de estudos. A utilização pretendida talvez fosse bastante enviesada: a penetração no texto chamado poético (menos propriamente chamado de literário). A equação simples acima recordada – enquanto humanas, as estruturas têm um valor simbólico, estando pois investidas de uma razão não-intencional – era bastante para que compreendesse por que, sem negar a historicidade dos textos poéticos – e o que escapa da historicidade?! –, sua afirmação não era suficiente. Se não foi a leitura de Lévi-Strauss que gerou o desconforto que sentia ante as reflexões e/ou apreciações sobre as obras literárias, foi ela, sem dúvida, que me forneceu os primeiros elementos para ultrapassá-lo. Ser isso verdadeiro não explica, contudo, o limite que, dentro de alguns anos, viria a reconhecer na abordagem lévi-straussiana.

Talvez o entusiasmo provocado por seus textos brilhantes, talvez a imaturidade da juventude me levassem a não prestar



atenção ao alerta do próprio antropólogo: seu método de trabalho supunha campos hiperestruturados, não por acaso se desenvolvendo por excelência nas sociedades que mudam muito lentamente, as sociedades que ele chamava de “frias”. Preferia então enfatizar a possibilidade que se abria de revelar a “lógica do concreto”, quando o usual, a propósito do texto poético, era (e continua sendo) submetê-lo ou à determinação sociológica ou à glosa “literária”. Por isso, minha tese – em que tanto investia, e que hoje me parece apenas um estudo preparatório do que viria a fazer – endossava o que agora reconheço como bastante questionável: só a abordagem científica é capaz de resgatar a significação de qualquer obra humana. Este o motivo por que o estudo que Benedito Nunes escreveu como introdução ao meu *Mimesis e Modernidade* (1980) era, ao mesmo tempo, correto e parcial. Impecavelmente correto porque, de fato, meu empenho consistia em afirmar que “a crítica e a teoria respectiva não são estéticas. Se o fossem, aquela se limitaria a descrever a forma significativa sem chegar a conhecê-la: sem apreender como ela opera, e por que sorte de fatores inerentes à construção singular da obra pode o ato de leitura desartar-lhe o efeito estético” (Nunes, 2003, p. 12). A generosidade de Benedito Nunes não lhe permitia contudo assinalar que, precisamente, naquela obra de 1980 começava a corrigir a má herança recebida de meus anos estruturalistas. Assim descreveria essa má herança: embora em tudo que tenho publicado seja invariante a afirmação de que a crítica e a teoria literárias não são práticas estéticas, até 1974, com *A Metamorfose do Silêncio*, aquela afirmação era acompanhada da prenoção de que a experiência estética era um espelhismo, mero eco da emoção experimentada pelo receptor de uma obra de arte; algo, portanto, que uma análise consistente deveria excluir de seu *corpus*. Diria, portanto, que o legado positivo que reconheço naqueles anos de aprendizagem era estragado por então não perceber que o adversário a combater não estava apenas fora, não apenas nos herdeiros do Lukács convertido ao marxismo soviético ou nos

que desprezavam todo esforço de teorização, senão que no próprio pancientificismo que Lévi-Strauss nunca questionou.

Como essa reviravolta se cumpriu sem que implicasse o retorno do filho pródigo a alguma posição reconhecida e legitimada? Creio que pela conjunção de três fatores. O primeiro é o decisivo. Pouco depois de defender minha tese de doutorado e de diminuir minhas dificuldades financeiras ao me tornar professor em tempo integral da PUC/RJ, tive a incrível fortuna de conhecer o romanista alemão Wolf-Dieter Stempel. Foi graças a seu empenho que entrei em contato com a estética da recepção, de que apenas sabia da existência. Ela abalaria meu pancientificismo estruturalista ao mostrar-me, sobretudo pela obra de Wolfgang Iser, que a pluralidade significativa do texto literário é inconciliável com o propósito axiomático do modelo matemático, ressaltado por Lévi-Strauss. E ainda que a obra literária tenha uma sistemática própria, em que os *vazios*, resultantes das superposições semânticas que impedem a *good continuation* do texto literário, impedem que sequer se cogite de sua exaustão interpretativa. O convite de Stempel, desde então um dos amigos a quem mais deve minha carreira intelectual, para que, através de bolsa do Deutsche Akademische Austauschdienst (DAAD), estivesse frente a frente com os mentores da estética da recepção, em Konstanz, teve ainda um efeito suplementar. Um pouco antes do convite, havia sido publicada a edição de bolso da *Ästhetische Theorie*, de Adorno. A dificuldade de sua escrita aumentava a insuficiência de meu alemão elementar. Porém, enquanto estava na Europa, saiu sua tradução francesa (1974). Embora incompleta, faltando os dois últimos capítulos, ela me ajudaria a reconhecer que o marxismo heterodoxo de Adorno se contentava com um tratamento especulativo, mesmo metafísico, para que fosse um rival à altura da fecundidade que reconhecia nos ensaios sobretudo de Wolfgang Iser.

Como não é a ocasião para um tratamento demorado, limito-me a esta breve notícia, acrescentando os dois fatores bem mais recentes que ampliaram a reviravolta ocasionada por minha permanência em

Konstanz e, depois, em Hamburgo. Não se estranhe que o segundo fator tenha se formalizado cerca de trinta anos depois. Se a reflexão sobre a estética da recepção me levava a que me descartasse do pancientificismo lévi-straussiano e que vislumbrasse a propriedade diferencial do texto literário, por si ela ainda não respondia à posição ocupada por esse texto em face das outras modalidades de textos. Essa preocupação acentuar-se-ia a partir de *História. Ficção. Literatura* (2006), pela busca de entender melhor o funcionamento dos *discursos*. Bem se sabe que o termo “discurso” assume um papel relevante em vertentes do pensamento contemporâneo. Mas que se compreende precisamente pelo termo?

O desenvolvimento da reflexão aberta no livro de 2006 me fez compreender que a determinação do papel do operador “discurso” permanece insuficiente enquanto não se leva em conta a carência provocada pela suposição de que um sistema linguístico pode ser bem descrito através de pares dicotômicos, como o famoso *langue – parole*, de Saussure. É a insuficiência da polaridade que exige a introdução do “discurso” como um termo complementar. Se ele supõe o código da *langue*, não se confunde com sua atualização pela *parole* porque não lhe basta ser a manifestação concreta de elementos previamente codificados. Pelo discurso, tais elementos se submetem a *protocolos argumentativos*, isto é, a modos específicos de encaminhar um argumento, cujo reconhecimento funciona como condição prévia para que os interlocutores reconheçam o que não de decodificar. (A exemplo do que sucede com os *frames* de Goffman, a convivência cotidiana nos força a mudar de disposições discursivas. Essa mudança pode suceder dentro da mesma disposição discursiva, a disposição cotidiana, que ora exige um tratamento mais cerimonioso e/ou formal, ora mais descontraído, ou impõe que passemos de uma para outra disposição discursiva bem diversa – por exemplo, quando alguém sai de uma conferência, digamos científica, e vem se encontrar com amigos em um bar²). Ora, o reconhecimento da relevância capital desse terceiro termo

me afastaria bastante do estruturalismo lévi-straussiano. Como observará recentemente a agudeza de Emmanuel Terray: “[...] Lévi-Strauss não pode conceber a prática se não sobre o modelo da *parole* por oposição à *langue*”. Daí decorrem os “dois pontos cegos” do estruturalismo: “A produção, de um lado, e, do outro, o poder, ou, se se preferir, a política” (Terray, 1999, pp. 93, 94). A compreensão desses limites explicita a terceira e última objeção que hoje tenho a um pensamento que sei haver sido decisivo em minha formação. Se sobre o primeiro ponto cego, a produção material, não tenho nada a dizer, sobre o segundo devo acrescentar que a análise do controle do imaginário que comecei em 1984, com o livro de mesmo título, claramente supõe a conjugação da análise textual com a apreensão dos mecanismos políticos do controle. Ainda observo que, ao falar no controle do imaginário, não tinha, como afirmou recentemente um amigo, uma concepção normativa do fenômeno, isto é, não supunha a possibilidade de haver uma sociedade que não exercesse controle algum. O controle do imaginário não incide sempre sobre as artes, ou, mais especificamente, sobre a arte verbal; assim apenas sucede quando as artes têm sua importância reconhecida pela sociedade, sendo passíveis pois de propagar o questionamento das normas em que o *statu quo* se assenta. Assim, por exemplo, ponho em dúvida que o controle do imaginário contemporâneo continue a ter as artes como alvo. A palavra escrita perdeu a relevância que teve entre o século XVIII e meados de 1960 e a pintura se tornou manipulada pelo *marketing*. Qual hoje é o alvo do controle do imaginário? Ousaria pensar que já não privilegia uma área específica senão que diga respeito à atividade reflexiva em geral. O êxito da repressão do instituído já não depende da manutenção de uma narrativa obediente a certas regras morais ou do retorno da figuratividade ou da música harmônica senão simplesmente de que o público numericamente expressivo se contente com levantamentos estatísticos, que mostrem o êxito de certa política econômica, e sinopses formuladas numa língua geral. Dado esse

2 Será oportuno que, em algum momento, nos dediquemos especificamente a distinguir entre a atuação dos *frames* e dos discursos. Aqui apenas digamos que os *frames* tomam por matéria-prima o corpo do falante, realizando-se basicamente por sua gestualidade. Daí que sua relevância se concentre no campo do cotidiano, onde a um único discurso – de ordem pragmática – corresponde uma multiplicidade de *frames*. Os *frames*, portanto, supõem uma semente de teatralidade e são da ordem do semiológico. Os discursos acompanham as disposições antropológicas básicas – a técnica, no limite, as ciências, a reflexão filosófica, a religião, a arte, segundo o que apresentava em *História. Ficção. Literatura* – sendo, pois, bastante reduzidos.

princípio, mesmo o que se lhe contraponha é tolerado, se não mesmo estimulado, desde que a “novidade” seja comercialmente rentável. O relato de Kafka “Um Artista da Fome” seria o protótipo do ponto de vista das relações entre obra e sociedade.

Uma última observação: não é a primeira vez que escrevo que minha possível contribuição teórica à demarcação do estatuto do discurso ficcional se resume a dois itens: 1) a questão do controle, há pouco referida e 2) a tentativa de reformulação da concepção grega de *mimesis*. Não posso dizer que a primeira tivesse recebido alguma influência da leitura de Lévi-Strauss. Que, entretanto, afirmar sobre a segunda? Sempre que me propus essa questão terminei por, frustrado, me dizer que a leitura dos quatro volumes do *Mythologiques* pouco me serviu. De fato, a análise das transformações sofridas por um mito ao passar a conviver com condições sociais diversas de outra sociedade, a concepção de um “inconsciente cibernético” a governar a articulação das invariantes, a univocidade a que os modelos estão subordinados muito pouco ou mesmo nada têm a ver com a abordagem que tenho feito da *mimesis*. Há pouco mais de um ano, entretanto, o amigo Ricardo Benzaquen me levantou uma pista em que não havia pensado: ainda que indireta, uma fonte de influência não teria sido o notável estudo das pinturas corporais realizado no *Anthropologie Structurale*? Sem dúvida, a tatuagem corporal tinha um efetivo caráter simbólico e não se limitava ao papel de ornamentação. Esse simbolismo tampouco era gratuito, mas sim motivado pela respectiva estrutura da sociedade, sem que o antropólogo pensasse que tais aspectos estruturais fossem “imitados” ou “refinados” através de uma forma que tornaria evidente o caráter da estrutura motivadora. Embora poucas vezes possamos estar certos do que efetivamente nos influenciou, estou convencido de que a sugestão de Ricardo Benzaquen é procedente. Seja-me simpático ou não, já a leitura do *Anthropologie Structurale*, efetuada bem antes da série *Mythologiques*, funcionava como alerta contra a vertente dominante desde a poetologia renascentista

até os discípulos de Hegel que tomam a *mimesis* grega como correspondente à sua tradução latina de *imitatio*. Se tanto demorou o reconhecimento dessa influência foi provavelmente porque a lembrança da obra de Lévi-Strauss era acompanhada de sua hipercientificidade, que, como já disse acima, só abandonei pela influência imediatamente posterior da estética da recepção. É curioso então notar que a corrente alemã mantinha indiscutido o veto à reconsideração da *mimesis*. Em consequência, deverei pensar a propósito dessas duas influências capitais não como camadas em que a segunda, a estética da recepção, tivesse não só se superposto temporalmente senão que recalçado a primeira, mas como uma relação dialógica. Se a estética da recepção foi fundamental para desenvolver o princípio da ficcionalidade, a partir da própria concepção da estrutura da obra ficcional enquanto formada por vazios (as *Leerstellen* de W. Iser), a presença de Lévi-Strauss teria operacionalmente dependido do que serviu para afastar-me do que hoje se pratica, ainda quando assim não se nomeie, como determinismo sociológico.

Na preparação deste texto, achei uma atestação do que acabo de escrever. Encontro grifada, em meu exemplar de *L'Homme Nu*, esta passagem: “[...] A semelhança não existe em si: ela não passa de um caso particular da diferença, aquele em que a diferença tende para zero” (Lévi-Strauss, 1971, p. 32). A relação entre semelhança e diferença seria merecedora de um exame que não poderá ser aqui feito. Observo apenas que meu propósito de revisar a experiência da *mimesis* – de repensá-la além dos parâmetros histórico-culturais vigentes até antes do impressionismo, quando sua identificação com a *imitatio* supunha a idealização purificadora da imagem – tem sido feito pela conjunção desses fatores, semelhança e diferença.

É bastante provável que passagens semelhantes, nos três volumes precedentes ou em *La Pensée Sauvage*, tenham feito soar a mesma tecla: na expressão da *mimesis*, não necessariamente artística mas sobretudo nesta, o vetor “diferença” precisa ressaltar o vetor que funcionalmente se lhe

contrapõe, a semelhança, seja porque o autor pertencesse à sociedade que privilegiava tal “semelhança”, seja como orientação contextualizadora do receptor.

Sendo plausível que formulações dessa ordem houvessem calado fundo sobre mim, como se explicaria que tal influência só tivesse se manifestado quando já estava afastado da direção lévi-straussiana? Talvez não seja difícil explicá-lo. Lanço mão de um argumento já exposto. No estudo introdutório a *Mimesis e Modernidade*, Benedito Nunes caracterizava meu esforço teórico como prolegômenos a uma “crítica da razão estética”. Como já disse, só sua generosidade faria com que não distinguisse que, naquele livro de 1980, a “crítica da razão estética” já não se cumpria em nome da ciência, senão que implicava um momento, por certo curto, de experiência estritamente estética. Sobre ela, viria a escrever anos depois, em *Intervenções* (cf. Costa Lima, 2002, pp. 39-56). Antes do *Mimesis e Modernidade*, portanto desde meu primeiro livro e incluindo os que publiquei nos anos 70, a experiência estética era sujeita à crítica

que visava à constituição de um feixe de relações invariantes, que diria respeito a uma totalidade sistêmica, visualizável por um *modelo*, que tinha por propriedades “coerência, previsibilidade, saturação” (Hénaff, 1991, p. 27). A partir de agora, a libertava dessa via unívoca, privilegiada pelo pensamento científico; ao contrário, passava a supor que, se a análise do texto ficcional não se confunde com a experiência estética, é precisamente porque esta implica *uma suspensão provisória do semântico*, realizada, como diria sob a influência de formulação de Valéry, pela oscilação entre sintaxe e semântica, ao passo que a análise ganha em largueza semântica por efeito daquela prévia oscilação.

Em poucas palavras, a caracterização que, desde então, tenho mantido da “crítica da razão estética” é fundamentalmente devida à estética da recepção e, depois, da releitura, só agora profícua e rigorosa, de Kant. Dentro de tal crítica, contudo, repontaria a reformulação do conceito de *mimesis*, em que, se estou certo, a influência decisiva foi nada menos que de Claude Lévi-Strauss.

BIBLIOGRAFIA

- BEAUVOIR, S. de. “Resenha de *Les Structures Élémentaires du Parenté*”, in *Temps Modernes*, nº 49, novembro de 1949, pp. 943-9.
- COSTA LIMA, L. “Poesia e Experiência Estética”, in *Intervenções*. São Paulo, Edusp, 2002, pp. 39-56.
- HARTOG, F. “Le Regard Éloigné: Lévi-Strauss et l’Histoire”, in *L’Herne*, número dedicado a Lévi-Strauss, nº 82. Paris, 2004, pp. 313-9.
- HÉNAFF, M. *Claude Lévi-Strauss et l’Anthropologie Structurale*. Paris, Belfond, 1991.
- LÉVI-STRAUSS, C. *Anthropologie Structurale*. Paris, Plon, 1958.
- _____. *La Pensée Sauvage*. Paris, Plon, 1962.
- _____. *Du Miel aux Cendres*. Paris, Plon, 1967.
- _____. *L’Homme Nu*. Paris, Plon, 1971.
- MERLEAU-PONTY, M. “De Mauss à Claude Lévi-Strauss”, in *Signes*. Paris, Gallimard, 1960.
- NUNES, B. “Prolegômenos a uma Crítica da Razão Estética”, introdução a *Mimesis e Modernidade: Formas das Sombras*. 2ª ed. São Paulo, Graal, 2003.
- SCHLEGEL, F. “Einleitung” à *Geschichte der europäischen Literatur*, in *Wissenschaft der europäischen Literatur. Vorlesungen, Aufsätze und Fragmente aus der Zeit von 1795-1804*. Ed. E. Behler, vol. XI *das Kritische Ausgabe*. Munique/Paderborn/Viena/Zurique, Verlag Ferdinand Schöningh/Thomas-Verlag, 1958.
- TERRAY, E. “Langage, Société, Histoire”, in *Critique*, janeiro-fevereiro de 1999, pp. 84-96.